



Benevides: apelo veemente

Congresso vai trabalhar neste fim de semana

JORNAL DO BRASIL
14 DEZ 1991

BRASÍLIA — O Congresso Nacional, pela primeira vez em 1991, vai estar aberto durante o fim de semana. Para entrar em recesso, os parlamentares precisam votar alguns projetos em regime de urgência urgentíssima. Orçamento da União para o próximo ano, reforma tributária de emergência — onde está embutida a nova alíquota de 35% do imposto de renda —, salário dos aposentados em janeiro e correção da tabela do imposto de renda são alguns dos projetos importantes que vão levar deputados e senadores a permanecerem em Brasília durante o fim de semana. A urgência provoca, normalmente, votações atropeladas, onde a maioria não sabe o que está aprovando ou rejeitando. Essa rotina se repete todos os anos, antes das festas de fim de ano.

Com os bolsos forrados pelos cerca de Cr\$ 8 milhões líquidos que devem receber na segunda-feira, graças ao reajuste que se auto-concederam na semana passada, a maioria dos parlamentares terá apenas que referendar em plenário o acordo que seus líderes costuraram em reuniões fechadas durante toda a semana. Os apelos para que ninguém viajasse no fim de semana partiram dos líderes e presidentes das duas casas. O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), fez um apelo discreto aos líderes, para que retransmitissem a seus liderados. Já o presidente do Senado e do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), preferiu usar uma sessão plenária. "É um apelo, realmente, veemente", esmerou-se Benevides, tentando evitar que um quórum eventualmente baixo derrubasse as votações previstas para o fim de semana.

"Deputados e senadores devem cancelar, com toda a antecipação possível, compromissos que tenham assumido nos seus respectivos estados", ordenou o senador Benevides. As votações andaram tão devagar no Congresso que há um mês deputados e senadores estão tratando da mesma matéria. O projeto que emperrou a pauta foi a política salarial, aprovada pelo Congresso em agosto e sobre a qual o presidente Fernando Collor aplicou onze vetos, desfigurando a proposta.

Neste fim de semana, não existe hora programada para realizar sessões extraordinárias. O deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) chegou a anunciar uma sessão do Congresso para discutir e votar o Orçamento da União às 18h de hoje. De acordo com a Constituição, a sessão legislativa encerra-se no dia 15 de dezembro — como é domingo, o prazo máximo foi esticado para o dia 16, segunda-feira. Se houver necessidade de convocação extraordinária, durante o recesso, os parlamentares receberão salários extras. Na hipótese de não haver nenhum imprevisto, eles voltam a tratar no dia 15 de fevereiro.